



**6º Encontro Internacional de Política Social**  
**13º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo  
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

**SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI: A CONSTRUÇÃO DA DIREÇÃO E DO  
CONSENSO**

**Ellana Barros Pinheiro <sup>1</sup>**

**Resumo:** Este artigo discute a concepção gramsciana de sociedade civil realizando uma distinção da concepção marxiana, explicitando os conceitos de hegemonia como direção intelectual e consenso, assim como a questão dos intelectuais na sociedade civil. Este artigo pretende realizar um esclarecimento das relações presentes entre infraestrutura e superestrutura e a forma como as classes sociais se relacionam e exercem seus papéis. Ao final, discute-se à luz da subalternidade/hegemonia, a compreensão da constituição de classe em meio a correlação de forças sociais, política, militares e econômicas, elementos presentes na categoria sociedade civil que tanto iluminam a necessária análise e reflexão das políticas sociais e as suas relações entre as frações do bloco do poder dominante junto as estratégias e contradições das classes subalternas.

**Palavras-chave:** Sociedade civil; Gramsci; Categorias.

**CIVIL SOCIETY IN GRAMSCI: BUILDING DIRECTION AND CONSENSUS**

**Abstract:** This article discusses a Gramscian conception of civil society making a distinction of the Marxian conception, explaining the concepts of hegemony as intellectual direction and consensus, as the question of intellectuals in civil society. This article allows the execution of a series of actions such as infrastructure and superstructure and how social formations relate and play their roles. In the end, it is discussed in the light of subalternity / hegemony, an understanding of the class constitution in the midst of correcting social, political, military and economic forces, elements present in the civil society category that are so delays in analogical access and reflection on social policies and how their relations among as fractions of the dominant power block together as strategies and contradictions of the subaltern classes.

**Keywords:** Civil society; Gramsci; Categories.

**Introdução**

Hoje, para que se consiga compreender e refletir acerca das políticas sociais no contexto contemporâneo, é necessário retomar a ideia de sociedade civil. Partindo do pressuposto de concepção gramsciana de Estado e sociedade civil, deve-se ter compromisso com a dialética presente em seus inscritos.

---

<sup>1</sup> Assistente Social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Discente do Curso de Direito na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: <[lanaxmiss@hotmail.com](mailto:lanaxmiss@hotmail.com)>.

A concepção de Estado, assim como de sociedade civil que será privilegiada neste estudo, parte do legado que Karl Max e Friedrich Engels deixaram sobre o tema, onde compreendem que o Estado é um produto do inconciliável antagonismo das classes, em seguida como contribuição importante, considera-se os estudos de Lenin, Vladimir Llyich Ulyanov, em suas formas clássicas do “marxismo-leninismo” onde apresentava o marxismo como política em suas bases revolucionárias, avançando do conhecimento da realidade política da sociedade de classes. Entretanto, o pensador italiano Antônio Gramsci também é considerado um autor de importância para a análise do Estado, assim como da sociedade civil, que colabora e amplia a teoria marxista de Estado e inaugura um novo conceito de sociedade civil com bases na superestrutura.

Assim, “Gramsci ‘amplia’ a teoria do Estado que herdara de Marx, nele incluindo a esfera da hegemonia e do consenso, fez isso precisamente para dar conta dos novos fenômenos que a socialização da política introduziria na vida social” (COUTINHO, 2008, p.28). Decorrente dessa ampliação, o autor caracteriza as sociedades do tipo “oriental” onde se tem a presença de um Estado “restrito” com predominância da coerção como recurso político e “ocidental” na qual os conflitos podem encontrar uma solução negociada, não coercitiva, ou seja, a presença de uma hegemonia, de uma “[...] progressiva convergência das vontades particulares de múltiplos grupos e camadas sociais” (COUTINHO, 2008, p.32).

A riqueza de pensamento do autor italiano Gramsci segundo Schlesener (2007) está em retomar o marxismo numa relação fecunda com a situação histórica específica, através da qual sua reflexão alcança amplitude e universalidade, abordando temas diversos, inusitados, e dialogando com políticos e intelectuais sobre socialismo, Estado, cultura e cidadania.

Assim, tem em Carlos Nelson Coutinho, um filósofo marxista largamente reconhecido no Brasil e adotado em grande escala no Serviço social brasileiro, reconhecido como um dos maiores especialistas na obra de Antônio Gramsci, uma base consistente de reflexão da concepção gramsciana de Estado. Sendo, portanto, este autor utilizado neste estudo para a reprodução da ideia da concepção de Estado ampliado e todos os desdobramentos inerentes analisados por Gramsci. Serão também referenciados os pensamentos de Ivete Simionatto, Carlos Mõntano e Vicente de Paula Faleiros que seguem as ideias do autor italiano reproduzidas por Coutinho.

Diferentemente da formulação marxiana que emprega a conceito de sociedade civil para designar a infraestrutura econômica, Gramsci atribui à sociedade civil um momento da superestrutura, um momento do Estado, embora o autor não elimine em seu pensamento “a base material como fator ontológico primário da sociabilidade”, conservando a ideia de natureza de classes do Estado e a sua função de conservar os interesses particulares, denominando justamente “sociedade política” como a esfera estatal cuja a função é a dominação de uma classe (MONTAÑO e DERIGUETTO, 2011, p. 44).

Portanto, “[...] diversamente de Marx, que atribui a sociedade civil o conjunto das relações econômicas constitutivas de base material, Gramsci chama de sociedade civil a esfera na qual agem os aparatos ideológicos nas classes sociais que buscam exercer a hegemonia e, através da hegemonia obter consenso” (BOBBIO, 1987, p.40). Essa mudança de conteúdo do termo sociedade civil de Marx para Gramsci, é fruto das novas condições históricas que se apresentavam na realidade ocidental.

### **Estado e Sociedade Civil**

As produções que buscam em Gramsci o suporte para analisar a realidade brasileira, tem em Carlos Nelson Coutinho as reflexões que são consideradas fundamentais. Segundo Simionatto (2011), as produções deste autor podem ser vistas sob diversos aspectos: história, literatura, militância, e com maior expressividade: cultura e política, sendo eixos decisivos da análise do autor.

A obra de Gramsci em meio a um Brasil considerado uma formação semicolonial e atrasada sob o ponto de vista de diversos prismas, só obteve uma boa recepção a partir da metade da década de 1970, quando já estavam em esgotamento, as condições políticas e institucionais desfavoráveis presentes na ditadura militar em seu ápice com o instituto do AI-5 de 1968, e da cultura dominante nos ambientes brasileiros de esquerda influenciados por modelos interpretativos “marxismo-leninismo” (COUTINHO, 1988).

Tais modelos segundo Carnoy (1988, p.79) teria a fundamental consistência baseada na ideia de que “[...] o Estado é um órgão de dominação de classe e que, embora o Estado tente conciliar o conflito de classes, esse conflito é irreconciliável”. Lenin defende que o Estado não poderia nem surgir nem se manter se fosse possível reconciliar as classes. Portanto, concordando com Marx, Lenin afirma que o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe sobre a outra, sendo a criação

de uma ordem que legaliza e perpetua a coerção ao tentar moderar o conflito de classes, pois apesar das instituições democráticas, tais instituições são controladas diretamente pela classe burguesa, na qual sua principal função é dirigir a coerção (CARNOY,1988).

Segundo Nogueira (1988) Gramsci auxiliou o entendimento daquele Brasil industrial de massas, autoritário, excludente e miserável que passava muitas vezes despercebido diante de muitos olhos, Gramsci também foi decisivo para oxigenar o pensamento de esquerda até então, globalmente subordinado às formas clássicas do “marxismo-leninismo” que segundo Fernandes (2012) apresenta o marxismo como política em suas bases revolucionárias, avançando do conhecimento da realidade política da sociedade de classes, para o modo de organizar politicamente a sua transformação e destruição como etapa preliminar à instauração do socialismo, preocupando-se com as condições, técnicas e processos políticos de intervenção revolucionárias na realidade, com limites nas formalizações abstratas do conhecimento teórico essencial às intervenções, tornando o marxismo politicamente operacional.

Gramsci conferiu à massa dos trabalhadores muito mais crédito do que Lenin, ao considerar que eles próprios eram capazes de desenvolver a consciência de classe, porém considerou que na sociedade ocidental os obstáculos a tal consciência eram muito mais formidáveis do que Lenin imaginava: não era simplesmente a falta de um entendimento de sua posição no processo econômico que impedia os trabalhadores de compreender o seu papel de classe, nem eram as instituições ‘privadas’ da sociedade, como a religião, as responsáveis por manter a classe trabalhadora longe da autoconsciência, mas era o próprio Estado que estava encarregado da reprodução das relações de produção. Em outras palavras, o Estado era muito mais do que o aparelho repressivo da burguesia; o Estado incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura (CARNOY, 1988, p. 91).

Porém, a convergência entre as posições ditatoriais mais reacionárias e a orientação marxista à brasileira é que foram responsáveis pelas tímidas adesões aos estudos de Gramsci. Coutinho nos delineia que “o declínio da ditadura e a crise da velha esquerda estejam na raiz do espetacular crescimento da influência gramsciana”, simultaneamente ao processo da abertura política e a crise cada vez mais forte das organizações marxistas tradicionais. É também, segundo o autor, através da profunda universalidade que Gramsci ilumina alguns aspectos decisivos da peculiaridade nacional, que explica a adoção brasileira aos seus estudos (COUTINHO,1988, p.105).

Durante o processo de modernização brasileira, caracterizada por Coutinho de gradual e “pelo alto”, claramente realizando uma analogia à “revolução-passiva” baseada nos estudos de Gramsci, a grande propriedade latifundiária transforma-se em uma empresa agrária, ao mesmo tempo que com a internacionalização do mercado interno e a participação do capital estrangeiro, indubitavelmente reforça a conversão do Brasil em um país industrial de modelo moderno, com taxas de elevada urbanização e complexa estrutura social, sendo ambos os processos incrementados pela ação do Estado. Este processo ao invés de resultante de movimentos populares, a transformação se deu às custas dos acordos entre frações das classes economicamente dominantes e utilização de aparelhos repressivos e intervenção econômica do Estado (COUTINHO, 1988). Ou seja, o Brasil experimentou em todas as suas fases políticas de transição ao capitalismo, a solução “pelo alto”, segundo Coutinho (1988), elitista e antipopular.

Assim, tal modalidade de transição que se verifica na realidade brasileira, é analisada pela noção gramsciana de “revolução passiva”. Coutinho (1988, p.108) nos lembra das principais características desse conceito apresentadas por Gramsci, onde tal revolução apresenta sempre dois momentos: “o da “restauração” (na medida que é uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação “de baixo para cima”) e o da “renovação” (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes)”. As principais características da “revolução passiva” são:

1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) esta reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para as modificações. Portanto estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de *restauração e revolução*, e de *conservação e modernização* (COUTINHO, 2008, p. 96).

Assim, as transformações “pelo alto”, segundo Coutinho (1988) se constitui como um importante critério de interpretação para compreender os episódios capitais da história brasileira e de todo o processo de transição do Brasil à modernidade capitalista, proporcionando-nos instrumentos analíticos que apontam traços da formação política e

econômica brasileira. A “revolução passiva” em suas causas-efeitos realça o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil e o predomínio das formas ditatoriais da supremacia em relação às formas hegemônicas, somados dessa forma, à prática do *transformismo*, que segundo Gramsci o conceitua como uma espécie de “[...] cooptação ou assimilação pelo bloco de poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas” (COUTINHO, 1988, p. 114), como modalidade de desenvolvimento histórico que implica uma marginalização das massas.

A dinâmica que se processa no interior da sociedade política e civil - as duas esferas pertencentes do Estado - revela uma distinção em relação à “função” que exercem na conservação ou transformação das relações de poder entre as classes sociais por meio de coerção através dos “aparelhos coercitivos de Estado”, ou através do consenso por meio dos “aparelhos privados de hegemonia”.

A formação e a difusão de um consenso que incorpora e reflete interesses de classes necessitam de uma base socioinstitucional que possua estrutura e legalidade própria. É essa certa autonomia e independência material e funcional dos organismos sociais ‘privados’ em relação aos do ‘Estado-coerção’ (ou sociedade política) que marca o fundamento da sociedade civil e sua função mediadora entre a estrutura econômica e o Estado em sentido estrito (MONTAÑO; DERIGUETTO, 2011, p. 46).

Em Gramsci a sociedade civil aparece como um conjunto de organismos privados que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade, compreende assim, o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições, e portanto, o espaço de disputa pela hegemonia. Assim, por meio da teoria sintetizada pela ampliação, “a nova função estatal, de direção social, de consenso, de hegemonia é dada na esfera de sociedade civil”, sendo o espaço onde se confrontam interesses, e diversos projetos de sociedade, percebendo a incorporação das lutas de classes na esfera estatal “A sociedade civil é composta pelos ‘aparelhos privados de hegemonia’, ou seja, organismos sociais aos quais se adere voluntariamente e que representam os diversos interesses dos atores que a compõem” (MONTAÑO; DERIGUETTO, 2011, p.45).

Porém, não se pode afirmar que há um isolamento entre sociedade civil e mundo da produção, segundo Montañó e Deriguetto (2011, p. 45) o mundo da produção

Constitui o solo da sociabilidade a partir da qual se produzem interesses e antagonismos, se forjam as agregações de interesses e vontades, se produz a subordinação fundamental. O conceito de sociedade civil liga-se ao terreno das relações sociais de produção da vontade e da consciência e ao papel que, ambas, exerce o Estado. A sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e organização do Estado, produzindo organização e convencimento (MONTAÑO; DERIGUETTO, 2011, p. 45).

A partir daí, percebe-se que a noção de hegemonia como direção intelectual não se confunde com uma mera dominação, se refere ao processo que uma classe se torna dirigente. Expressa a direção e o consenso ideológico que uma classe consegue obter dos grupos aliados, ou seja, construir e organizar interesses comuns e tornar-se protagonista de tais reivindicações (MONTAÑO; DERIGUETTO, 2011). “A noção de hegemonia articula-se à concepção gramsciana de Estado, que se propõe compreender as novas características da formação e reprodução das relações de poder nas sociedades onde o capitalismo alcançou um novo estágio de desenvolvimento” (SCHLESENER, 2007, p. 28).

A concepção de hegemonia remete ao esclarecimento das relações entre infraestrutura e superestrutura, à forma como as classes sociais se relacionam e exercem seus papéis. Falar de hegemonia, assim, implica em falar de crise de hegemonia também, que são representadas pelo enfraquecimento da direção política da classe dominante ou pelo enfraquecimento do poder e a perda de consenso. Nessas situações de crise, é possível a rearticulação do poder da classe dominante, que por meio da coerção, que procura manter sua hegemonia através de concessões. Assim as classes dominadas podem ampliar o consenso e articulação e reverter as relações hegemônicas a seu favor. “A constituição de classe é, assim, compreendida por Gramsci à luz da dialética subalternidade/hegemonia”, pois se as forças sociais estão estritamente ligadas à estrutura, é no âmbito das forças políticas e econômicas que se pode identificar o grau homogeneidade, de autoconsciência e de organização identificados pelos grupos sociais (SIMIONATTO, 2011, p.50).

No entendimento de Carnoy (1988)

O conceito gramsciano de hegemonia tem dois significados principais: o primeiro é um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança moral e intelectual sobre as outras frações aliadas da classe dominante, o segundo é a relação entre as classes

dominantes e as dominadas. A hegemonia compreende as tentativas bem sucedidas a classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados (CARNOY, 1988, p. 95).

A construção do consenso em Gramsci é a busca das aspirações e demandas dispersas, mais precisamente no arco largo das classes subalternas, tendo a sabedoria de direcioná-las em um programa e direção política concreta e numa perspectiva universal. “Significa saber convencer, persuadir, ganhar adesão pelo envolvimento ativo e não pela manipulação e passividade” (MONTAÑO; DERIGUETTO, 2011, p. 48).

Nesse contexto das relações hegemônicas, a direção política e cultural de uma classe sobre a sociedade se realiza pela mediação de seus intelectuais, que segundo Gramsci (2011, p.15) todo grupo social, “[...] cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”.

Tal direção é realizada no seio da sociedade civil e da sociedade política: “como elaboradores das ideologias, ao mesmo tempo que dão ao grupo que representam consciência de sua função histórica, conseguem o consentimento “espontâneo” das massas pela formação de uma concepção de mundo vivida no cotidiano e veiculada nas instituições da sociedade civil”, já como “representantes” da classe dominante exercem um atividade coercitiva e disciplinar através dos mecanismos da sociedade política (SCHLESENER, 2007, p. 37-38).

A atuação dos intelectuais na correção de forças que exprime a hegemonia torna-se imprescindível tanto para as classes dominadas e para as classes dominantes, onde para os primeiros, assenta na necessidade histórica de superar as divisões sociais, unindo forças populares emergentes, lutando por uma nova ordem societária, e para os últimos, no sentido de criar as bases de sustentação e legitimação da ordem social instituída (SCHLESENER, 2007).

Gramsci divide os intelectuais em *tradicionais*, uma categoria de intelectuais “[...] emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas [...]” (GRAMSCI, 2011, p.16) “[...] atuando como mediadores entre o poder instituído e as massas camponesas [...]” (SCHLESENER, 2007, p. 38) e em intelectuais *orgânicos* (da burguesia ou do proletariado) “[...] que expressam, organizam, defendem, os objetivos e interesses do grupo social ao qual estão vinculados.”

O conceito de intelectual orgânico implica as relações dos grupos intelectuais com as classes fundamentais e a explicação de suas funções técnicas. A concepção de organicidade é inerente à formação mesma das suas competências e das funções que desenvolvem no interior do modo de produção capitalista, inclusive no encaminhamento das lutas junto à classe que está vinculado. Estar vinculado organicamente a uma classe não significa agir de fora, externamente, de maneira mecânica. Significa, sim, participar efetivamente de um projeto às classes fundamentais: burguesia ou proletariado.

O caráter orgânico do intelectual depende, portanto, da relação que apresenta com a sua classe. Porém a origem de classe de um intelectual pode ser distinta à classe que está organicamente ligada. “Um intelectual orgânico da classe trabalhadora pode chegar a ser um intelectual orgânico da burguesia ou vice-versa” (SIMIONATTO, 2011, p. 63).

Nas sociedades modernas, a conquista da sociedade civil, da direção política, do consenso, é o caminho para qualquer confronto hegemônico. Sendo a realidade contraditória e a sociedade civil o espaço do antagonismo, pode-se encontrar brechas, pontos de cisão da hegemonia existente. A contradição, gerada no mundo da produção, expressa-se na cultura, no modo como os trabalhadores vivenciam as concepções de mundo recebidas e assimiladas no seio da sociedade civil; há, no cotidiano, um contraste entre o pensar e o agir, a coexistência de duas concepções de mundo, uma afirmada por palavras e outra manifestando-se na ação efetiva, assim, as ideias e as crenças mais conservadoras convivem com elementos embrionários renovadores que manifestam na ação, muitas vezes em contradição com elementos culturais, morais, religiosos, da concepção de mundo dominante (SCHLESENER, 2007, p. 38).

Segundo Schlesener (2007, p. 27) o vínculo concreto entre as forças materiais e as ideologias, entre o econômico-social e o ético-político em cada momento histórico, Gramsci conceitua como bloco histórico, sendo que tal conceito “[...] permite chegar a uma análise das forças que atuam na história de um determinado período e à definição da relação entre elas”. Portanto, essa relação resulta em características que são próprias da cada formação social, em determinado momento histórico conjuntural. A correlação de forças estabelecidas em cada situação histórica, apresentam uma reciprocidade que é explicitada no modo como as ideologias se radicam na estrutura da sociedade, organizando os grupos sociais e formando o terreno onde tais grupos se movimentam e adquirem consciência de sua posição na sociedade, onde lutam para conservá-la ou transformá-la (SCHLESENER, 2007, p. 28).

Assim, sabendo que a sociedade civil se traduz no conjunto de organismos privados que correspondem à função de hegemonia, esse elemento do Estado é o “[...]”

conjunto de instituições nas quais se elaboram as concepções de mundo pelas quais a sociedade se representa a si mesma (suas lutas e aspirações), onde se organizam os grupos sociais e se realiza a direção política e cultural da sociedade” (SCHLESENER, 2007, p. 28). Tais características só podem ser assumidas efetivamente pelo advento das lutas sociais, revoluções democrático-burguesas e organização dos Estados.

As instituições e organizações da sociedade civil, são instituições que justamente nascem da correlação de forças sociais que formam o Estado, da ampliação da participação política, dos novos conflitos sindicais, partidários e meios de comunicação, bem como sistema escolar, igrejas e universidades (SCHLESENER, 2007).

Portanto, a partir do modo como os grupos sociais se relacionam e exercem suas funções, tanto com as forças materiais de produção, como a organização do Estado e com o papel mais ou menos coercitivo da sociedade política, a conotação da hegemonia apresenta conotações distintas. A hegemonia é uma relação ativa que evidencia os conflitos sociais, modos de pensar e agir da vivência política conforme se desenvolvem e se correlacionam, proporcionando relações de domínio, equilíbrio entre coerção e consenso ou ampliação da participação política e organização da sociedade civil, isso porque não há direção política sem consenso (SCHLESENER, 2007).

### **Considerações finais**

Dessa forma, à luz da subalternidade/hegemonia é compreendida a constituição de classe. A passagem da classe marcada pela subalternidade à classe hegemônica se dá no processo de correlação de forças sociais, política, militares e econômicas, ou seja, “[...] na relação entre estrutura e superestrutura, objetividade e subjetividade, singularidade e universalidade” (SIMIONATTO, 2011, p. 50). Sendo identificado justamente nas forças políticas o grau de homogeneidade e organização que se avança em uma classe social.

Ao final de três momentos que Gramsci indica como os momentos da consciência política coletiva e ideológica das forças sociais, ocorre finalmente a passagem da estrutura para as superestruturas mais complexas, colocando-se em confronto e entrando em luta, quando apenas uma ou uma combinação de ambas ideologias prevalece, e passa a se difundir sobre toda a área social, pondo a hegemonia de um grupo social sobre os grupos subordinados (SIMIONATTO, 2011).

“Essa passagem da estrutura à superestrutura, do momento corporativo ao momento ético-político, esta tarefa “ontológico-dialética” de construir um novo bloco histórico, é denominada por Gramsci “catarse”. É o momento da passagem da esfera dos interesses corporativos e individuais ao nível da consciência universal. Constitui o momento em que o proletariado deixa de ser “classe em si” e torna-se “classe para si”, objetivando a criação de um novo bloco histórico (SIMIONATTO, 2011, p. 50). Sendo assim, é necessário compreender as relações sociais não como um aspecto natural, mas abarcando a ideia da unidade das relações humanas, contemplando assim a gênese da consciência como realidade do homem. A tomada de consciência de si próprio como ser social simultaneamente objeto e sujeito histórico-social, deve-se tomar a realidade como uma atividade humana sensível (LUKÁCS,1989). Com isso, a dialética materialista como conhecimento da realidade se consolida pelo ponto de vista da luta de classes, pela luta do proletariado. A evolução do proletariado reflete a estrutura interna da história da sociedade e a consciência que o toma da realidade social como sua própria posição de classe, conhecendo adequadamente assim, sua realidade. “O caminho da consciência no processo histórico não se aplaina, pelo contrário, torna-se crescentemente mais árduo e faz apelo a uma responsabilidade cada vez maior” (LUKÁCS,1989, p. 40).

Assim, para que se consiga alcançar esse momento “ético-político”, concorda-se com Simionatto (2011, p.52) quando a autora apresenta a necessidade de vencer o corporativismo e a visão restrita e particular que reduz os valores próprios da hegemonia e da sua perspectiva de totalidade, deixando assim de aceitar a subordinação que a ordem capitalista impõe, assim como a atuação de “massa manobra” estabelecendo-se na passividade. Bem como já Coutinho (2010, p. 70) alertava a “[...] manipulação da vida privada não é um fato acidental, mas algo que decorre necessariamente da nova estrutura do capitalismo”.

Dessa forma, a luta pela hegemonia em sociedades ocidentais abraça não só o nível de instâncias econômicas e sociais, mas também culturais.

A elevação cultural das massas assume importância decisiva neste processo, para que elas possam liberta-se da pressão ideológica das velhas classes dirigentes e elevar-se à condição dessas últimas. A batalha cultural apresenta-se, portanto, como fator decisivo no processo de luta pela hegemonia, na conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas (SIMIONATTO, 2011, p. 55).

Assim, em decorrência dessa ampliação e uma maior socialização política ligada às conquistas sociais e políticas resultante das lutas dos trabalhadores, a preparação da opinião pública para a aceitação de determinadas ações políticas realizadas pelo Estado torna-se fundamento para a conquista e conservação da hegemonia. Entretanto, ao mesmo passo, as classes trabalhadoras começam a se organizar criando estratégias e alternativas de resistência aos procedimentos institucionais e políticos que reforçam a ideologia dominante, recriando constantemente suas formas de direção tentando resistir e alterar as relações hegemônicas. A sociedade se organiza e se transforma em uma estrutura do Estado “complexa e resistente”, base para manifestações políticas e ideológicas (SCHLESENER, 2007).

A organização social e junto a ela, suas políticas públicas, refletem essa síntese de conflito, lutas sociais históricas que, “[...] incorporando conquistas dos trabalhadores e setores subalternos, confluem num projeto político-econômico da classe hegemônica para a reprodução da ordem, em face da necessidade de superação das crises econômicas e políticas” (MONTAÑO; DERIGUETTO, 2011, p.146). Reproduzindo e ampliando a acumulação do capital e legitimando o sistema perante as demandas populares, reduzindo os níveis de conflito.

Tanto é assim que, segundo Poulantzas (2000), as frações do bloco do poder dominante criam estratégias em meio as próprias contradições com as classes subalternas. Ou seja, as utiliza “[...] em suas relações de forças com as outras frações desse bloco, com o fim quer de impor soluções mais vantajosas para si, quer de resistir mais eficazmente às soluções que as prejudicam em relação as outras frações” (POULANTZAS, 2000, p.147).

## Referências

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

FERNANDES, Florestan, 1920-1995. **Marx, Engels, Lenin**: história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRAMSCI, Antônio, 1891-1937. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Carlos Nelson Coutinho (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LUKÁCS, György, 1885-1971. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Tradução de Telma Costa; Revisão Manuel A. Resende e Carlos Cruz. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos; Porto: Publicações Escorpião, 1989.

MONTAÑO, Carlos; DERIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 5).

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: **Gramsci e a América Latina**. COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org. e Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. **GRAMSCI**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura**: Gramsci. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2007.